

QUEBRANDO QUESTÕES

DIREITO ADMINISTRATIVO

SIMULADO 08

*Quebrando
Questões*

(VUNESP/Prefeitura de Guarulhos - SP/2019)

01) Via de regra o poder de polícia não é autoexecutório, dependendo de ordem judicial para ser implementado.

Comentário:

O Poder de Polícia, dentre os seus atributos, possui o da **Autoexecutoriedade**, sendo assim, **em regra**, pode atuar **sem a prévia anuência do Poder Judiciário**.

Atribuições do Poder de Polícia	
- O poder de polícia possui três atributos : * Discricionariedade ; * Autoexecutoriedade ; * Coercibilidade .	
Discricionariedade	
- O poder de polícia é exercido, em regra, com base nos critérios de conveniência e oportunidade , observados os limites da lei e princípios da razoabilidade e proporcionalidade ;	
- É possível a vinculação do poder de polícia . Ex: Licença .	
Autoexecutoriedade	
- É a execução direta e imediata dos atos administrativos, independentemente de prévia autorização judicial ;	
- O atributo da autoexecutoriedade não se aplica em todos os casos do poder de polícia;	
- É necessária a ação judicial , no caso de cobrança de multa , na hipótese de o particular não ter pago a multa, não podendo a Administração cobrar, mas apenas impor a multa ; (Adm. Impõe a multa, mas é o Judiciário que cobra);	
- Di Pietro entende que a Autoexecutoriedade é dividida em duas espécies : * Exigibilidade : Aplicação de meios indiretos de coação pela Administração Pública. * Executoriedade : Confunde-se com a Autoexecutoriedade, exercendo meios diretos do poder de polícia .	
Macete	
Aplicação de multa	Exigibilidade ou coercibilidade
Retirada imediata de um Carro no meio da Avenida	Autoexecutoriedade
Cobrança de multa	Intervenção do poder judiciário .
Coercibilidade	
- É a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração Pública;	
OBS : Certos atos de poder de polícia não possuem a autoexecutoriedade e a coercibilidade , como no caso dos atos preventivos (Licença para construção) .	

Atributos do Poder de Polícia	
Discricionariedade	- O poder de polícia é exercido, em regra, com base nos critérios de conveniência e oportunidade , observados os limites da lei e princípios da razoabilidade e proporcionalidade ;
Autoexecutoriedade	- É a execução direta e imediata dos atos administrativos, independentemente de prévia autorização judicial ;
Coercibilidade	- É a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração Pública;
Mnemônico: DAC	

Gabarito: Errado.

(VUNESP/Prefeitura de Guarulhos - SP/2019)

02) Em regra o exercício do poder de polícia é caracterizado pela discricionariedade.

Comentário:

O **poder de polícia** é exercido, em regra, com base nos critérios de **conveniência e oportunidade**, observados os **limites da lei e princípios da razoabilidade e proporcionalidade**;

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-SP/2019)

03) Autorização é ato administrativo declaratório e vinculado e, dessa forma, uma vez adimplidas as condições legais, deverá a Administração outorgá-la, não podendo, por conta de sua natureza jurídica, revogá-la posteriormente.

Comentário:

A autorização é o ato administrativo **discricionário** e **unilateral**, por meio do qual a Administração **consente na prática de determinada atividade material**, tendo, como regra, **caráter precário**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGE-PE/2019)

04) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Comentário:

Lei 9.784/99. Art. 15. Será permitida, em **caráter excepcional** e por **motivos relevantes** devidamente justificados, a **avocação temporária** de competência atribuída a **órgão hierarquicamente inferior**.

Poder Hierárquico
- Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;
Hely Lopes Meirelles
O poder hierárquico tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública . Ordena as atividades da administração ao repartir e escalonar as funções entre os agentes do Poder, de modo que cada qual exerça eficientemente o seu cargo, coordena na busca de harmonia entre todos os serviços do mesmo órgão, controla ao fazer cumprir as leis e as ordens e acompanhar o desempenho de cada servidor, corrige os erros administrativos dos seus inferiores , além de agir como meio de responsabilização dos agentes ao impor-lhes o dever de obediência.
- Não existe hierarquia entre a Administração Direta e as entidades componentes da Administração Indireta, nem entre os Poderes ou entre a Administração e os administrados (Povo) ;
- Não se apresenta nas funções típicas do poder legislativo e do poder judiciário , mas apenas em funções administrativas ;
- Os subordinados são vinculados às determinações dos seus superiores, salvo quando forem : * Ilegais ; * De competência exclusiva do órgão subordinado ; * Consultoria jurídica ou técnica ; * Órgãos incumbidos de adotar decisões administrativas .
- É possível um superior hierárquico anular ou revogar decisão dos atos dos seus subordinados .
- A delegação e avocação fazem parte do Poder hierárquico ;
- O ato de delegação não é exclusivo do poder hierárquico, sendo possível delegar uma competência mesmo quando não há relação hierárquica ;
- A avocação só é possível em caráter excepcional, por motivos relevantes , devidamente justificados e por tempo determinado .
- O superior não pode avocar do seu subordinado competência exclusiva ;
- Não ocorre avocação de pessoas de mesmo nível hierárquico .
- Pode fiscalizar a atuação e rever atos internos ;
- Pode editar atos normativos internos para ordenar a atuação dos subordinados;
Relação do Poder Hierárquico com o Disciplinar
O poder hierárquico e disciplinar possuem uma ligação um com o outro, pois ambos são praticados diretamente na organização administrativa interna do ente político ou administrativo. Vale ressaltar que um não se confunde com o outro.
As sanções aos servidores não estão previstas no poder hierárquico e sim no poder disciplinar .

Gabarito: Errado.

(CESPE/Prefeitura de Belo Horizonte - MG/2017)

05) É juridicamente possível que o Poder Executivo, no uso do poder regulamentar, crie obrigações subsidiárias que viabilizem o cumprimento de uma obrigação legal.

Comentário:

A edição de **obrigações derivadas ou secundárias é legítima**, pois estas são instituídas por **regulamento**. O que **não é possível** é a fixação de **obrigações primárias (ou originárias)**, que são instituídas por **lei**.

José dos Santos Carvalho Filho
<p>É legítima, porém, a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) - diversas das obrigações primárias (ou originárias) contidas na lei - nas quais também se encontra imposição de certa conduta dirigida ao administrado. Constitui, no entanto, requisito de validade de tais obrigações sua necessária adequação às obrigações legais. Inobservado esse requisito, são inválidas as normas que as prevêm e, em conseqüência, as próprias obrigações. Se, por exemplo, a lei concede algum benefício mediante comprovação de determinado fato jurídico, pode o ato regulamentar indicar quais documentos o interessado estará obrigado a apresentar. Esta obrigação probatória é derivada e legítima por estar amparada na lei. O que é vedado e claramente ilegal é a exigência de obrigações derivadas impertinentes ou desnecessárias em relação à obrigação legal; neste caso, haveria vulneração direta ao princípio da proporcionalidade e ofensa indireta ao princípio da reserva legal, previsto, como vimos, no art. 5º, II, da CF.</p>

Gabarito: Correto.

(CESPE/FUB/2015)

06) O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública está restrito aos servidores públicos.

Comentário:

Poder Disciplinar
- Poder de aplicar sanções aos servidores e pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração ;
- É aplicável aos servidores públicos e particulares que tenham vínculo jurídico específico com a Administração , como por exemplo, no caso de contrato administrativo ;
- Não se confunde com o poder punitivo do Estado que tem a finalidade de aplicar sanção contra crimes e contravenções penais , sendo o Poder Judiciário responsável por aplicar sanção;
- Não se confunde com o Poder de Polícia , pois este se insere na esfera privada , aplicando restrições e condicionamentos aos particulares;
- A sanção ao agente público decorre diretamente do poder disciplinar e mediatamente do poder hierárquico ;
- O Poder disciplinar pode ser discricionário na escolha do grau de penalidade e vinculado na aplicação de sanção contra agente que comete alguma infração .
- A aplicação de pena disciplinar tem, para o superior hierárquico , o caráter de um poder-dever , uma vez que a condescendência na punição é considerada crime contra a administração pública .
- Na aplicação da sanção deve existir o contraditório e a ampla defesa ;
- A aplicação do poder disciplinar deve ser motivada , devendo ser expostos os motivos da punição .

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGM - Campo Grande - MS/2019)

07) A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem a prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Comentário:

Lei 8.987/95 . Art. 27. A **transferência de concessão** ou do **controle societário** da **concessionária sem prévia anuência** do poder concedente implicará a **caducidade** da concessão.

Formas de Extinção dos Contratos	
Advento do Termo Contratual	Ocorre quando o contrato é extinto de forma automática devido a finalização do prazo acordado .
Encampação ou Resgate	Extinção antecipada do contrato de forma unilateral pelo Poder Concedente por motivos de interesse público . A encampação depende de lei autorizativa específica e acarreta prévia indenização ao concessionário .
Caducidade	O contrato é extinto devido ao descumprimento das obrigações legais ou contratuais pelo concessionário .

Anulação	É o Desfazimento do contrato de concessão em razão de vício constatado no contrato em si ou no processo de licitação que o antecedeu. O vício pode ser pronunciado pela Administração, de ofício , ou pelo Judiciário .
Fonte: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/81/edicao-1/formas-de-extincao-das-concessoes-e-seus-efeitos Acessado em: 28/03/20.	

Lei 8.987/95. Art. 35. **Extingue-se** a concessão por:

I - **advento do termo contratual**;

II - **encampação**;

III - **caducidade**;

IV - **rescisão**;

V - **anulação**; e

VI - **falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular**, no caso de empresa individual.

Gabarito: Correto.

(IDECAN/IF-AM/2019)

08) O princípio da modicidade tem aplicação no âmbito dos serviços públicos, procurando evitar a exclusão social.

Comentário:

Princípio da Modicidade
Tal princípio exige que na prestação de um serviço público a Administração cobre tarifas proporcionais ao poder econômico do usuário para não restringir parte da população . Tal princípio tem a finalidade de garantir a margem de lucro do concessionário contra imprevistos que signifiquem um aumento de custo na prestação do serviço , bem como contra o efeito da inflação ;

Gabarito: Correto.

(VUNESP/Câmara de Tatuí - SP/2019)

09) Assinale a alternativa correta a respeito da licitação na concessão de serviço público.

Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.

Comentário:

Modalidades de Delegação de Serviços Públicos
Concessão de Serviço Público
É a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente , mediante licitação , na modalidade de concorrência , à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado .
Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública
A construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público , delegada pelo poder concedente, mediante licitação , na modalidade de concorrência , à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco , de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado .
OBS: A modalidade licitatória para a concessão de serviços públicos é a concorrência , existindo exceções como a prevista no Art. 27. Da Lei 9.074/95 que permite a utilização da modalidade leilão quando se tratar da venda de quotas ou ações , além da Lei 9.472/97 que prevê expressamente a inexigibilidade de licitação para outorga de concessão de serviço público de telecomunicações .

Gabarito: Correto.

(VUNESP/Câmara de Tatuí - SP/2019)

10) Assinale a alternativa correta a respeito da licitação na concessão de serviço público.

A outorga de concessão ou permissão terá, como regra geral, o caráter de exclusividade.

Comentário:

Lei 8.987/95. Art. 16. A **outorga de concessão** ou **permissão não terá caráter de exclusividade**, **salvo** no caso de **inviabilidade técnica ou econômica** justificada no ato a que se refere o art. 5o desta Lei.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/TJ-RS/2019)

11) Os serviços públicos uti universi são serviços prestados a usuários determinados, sendo possível mensurar a sua utilização por cada um deles.

Comentário:

Serviços Coletivos ou gerais (Uti Universi)
São os serviços prestados a toda coletividade. São serviços prestados a usuários indeterminados. Não é possível mensurar quanto cada usuário utilizou do serviço.
Ex: Iluminação Pública, Conservação do bem público, policiamento urbano.
OBS: Os serviços gerais, normalmente, são mantidos por imposto, e não por taxa ou tarifa.
Serviços Individuais, Singulares ou Uti Singuli
São serviços que possuem usuários determinados e que mensura a prestação individual.
Ex: energia elétrica, água, serviço de telefonia, gás canalizado, coleta domiciliar de lixo.
OBS: Os serviços individuais, por serem específicos e divisíveis, podem ser remunerados por meio de taxas ou tarifas, não sendo possível a cobrança por meio de impostos.

Gabarito: Errado.

(FCM/Câmara de Conselheiro Lafaiete - MG/2019)

12) Em atendimento ao princípio da eficiência, todos os serviços públicos podem ser delegados, tendo em vista a maior capacidade do setor privado em reduzir custos operacionais e de prestar melhores serviços.

Comentário:

Serviços Delegáveis
Serviços que podem ser prestados por meio de delegação à iniciativa privada.
Ex: Concessionária de Energia Elétrica e Telefonia.
Serviços Indelegáveis
Serviços prestados pelo Estado ou pelas entidades administrativas de direito público.
Ex: Poder de Polícia e Serviços Judiciários.

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRESS-GO/2019)

13) Subespécies da teoria do risco, a teoria do risco integral diferencia-se da teoria do risco administrativo por admitir, a primeira, excludentes de responsabilidade, enquanto a segunda não os admite.

Comentário:

Teoria do Risco
- Responsabilidade Objetiva do Estado;
- A culpa do Estado é presumida, não sendo questionado o dolo ou culpa do agente, nem se foi lícito ou ilícito, ou se o serviço funcionou ou não;
- O Estado pode atuar licitamente, porém ainda poderá ser responsabilizado civilmente;
- Para se configurar a responsabilidade objetiva são necessários três requisitos:
* Dano;
* Conduta Administrativa;
* Nexo de Causalidade entre a ação do Estado e o dano sofrido pelo terceiro;
- Se um particular for prejudicado pela atuação estatal, os danos deverão ser compartilhados por toda a sociedade;
- Teoria do Risco é dividida em:
* Teoria do Risco Administrativo;
* Teoria do Risco Integral.
Teoria do Risco Administrativo
O Estado terá a responsabilidade, porém com excludentes de responsabilidade, ou seja, caso a culpa seja exclusiva da vítima, o Estado não se responsabilizará, ou caso seja dos dois (concorrente), o Estado terá o dever de reparação atenuado (diminuído);
Teoria do Risco Integral
- Nessa, o Estado não possui excludentes de responsabilidade, sendo considerado um segurador universal, suportando os danos sofridos por terceiros em qualquer hipótese;
- É admissível, no Brasil, em situações excepcionais, como:

- * Acidentes Nucleares;
- * Atos terroristas e atos de guerra contra aeronaves brasileiras;
- * Responsabilidade por danos ambientais;

Teoria do Risco	
Teoria do Risco Administrativo	Teoria do Risco Integral
O Estado terá a responsabilidade, porém com excludentes de responsabilidade , ou seja, caso a culpa seja exclusiva da vítima, o Estado não se responsabilizará, ou caso seja dos dois (concorrente), o Estado terá o dever de reparação atenuado (diminuído);	O Estado não possui excludentes de responsabilidade , sendo considerado um segurador universal ; É admissível em situações excepcionais , como: * Acidentes Nucleares; * Atos terroristas e atos de guerra contra aeronaves brasileiras; * Responsabilidade por danos ambientais;

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRESS-GO/2019)

14) A teoria do risco passa a admitir a responsabilidade objetiva a partir da premissa de que, se os benefícios oriundos dos serviços públicos são partilhados por todos, os prejuízos que gerem desequilíbrio em desfavor de alguém individualmente prejudicado também deverão ser partilhados por todos, mediante reparação pelo erário.

Comentário:

José dos Santos Carvalho Filho

Em **tempos atuais**, tem-se desenvolvido a **teoria do risco social**, segundo a qual o **foco da responsabilidade civil é a vítima**, e **não o autor do dano**, de modo que a **reparação** estaria a cargo de **toda a coletividade**, dando ensejo ao que se denomina de **socialização dos riscos** – sempre com o intuito de que o **lesado não deixe de merecer a justa reparação pelo dano sofrido**.

Fonte: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 594.

Gabarito: Correto.

(CESPE/Prefeitura de Boa Vista - RR/2019)

15) Um município poderá ser condenado ao pagamento de indenização por danos causados por conduta de agentes de sua guarda municipal, ainda que tais danos tenham decorrido de conduta amparada por causa excludente de ilicitude penal expressamente reconhecida em sentença transitada em julgado.

Comentário:

STJ/REsp. 1266517/PR

Segundo a orientação jurisprudencial do **STJ**, a Administração Pública pode ser condenado ao **pagamento de indenização** pelos **danos cíveis** causados por uma **ação de seus agentes**, **mesmo que consequentes de causa excludente de ilicitude penal**: REsp 884.198/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23.4.2007; REsp 111.843/PR, 1º, Rel. Min. José Delgado, DJ 9.6.1997.

Logo, **apesar da não responsabilização penal dos agentes públicos** envolvidos no evento danoso, deve-se concluir pela manutenção do acórdão origem, já que **eventual causa de justificação (Legítima defesa) reconhecida em âmbito penal não é capaz de excluir indevidamente a ora recorrida**.

Recurso especial não provido.

STJ/Edição 61

A Administração Pública pode responder civilmente pelos **danos causados por seus agentes**, **ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal**.

Gabarito: Correto.

(IESES/TJ-SC/2019)

16) A responsabilidade civil do Estado somente se configura no caso de conduta culposa do Estado.

Comentário:

A responsabilidade do **Estado** é **objetiva**, ou seja, **independe** de comprovação de **dolo ou culpa**.

Requisitos para Responsabilidade Civil do Estado

Requisitos para ocorrer a responsabilidade civil do estado: * Conduta; * Dano; * Nexo de Causalidade.
Conduta
- É a ação do agente público que faz com que prejudique o particular
- A conduta do agente público ocorre quando: * “Estiver no exercício das funções Públicas; ” * “ Ainda que não esteja no exercício da função pública, proceda como se estivesse a exercê-la;” * “ O agente atue na qualidade de agente público. ”
- O Estado será responsabilizado, no caso do agente de fato , desde que o Estado permita a atuação deste, não consentido o estado não terá responsabilidade.
Dano
- Pode ser de natureza patrimonial ou moral;
- Ocorre quando a ação do estado atinge um direito do particular devendo indenizá-lo;
- O dano deve ser um direito juridicamente tutelado, não sendo não existe dano;
- O dano pode ocorrer de uma conduta lícita do Estado.
Nexo de Causalidade
- É relação entre a conduta estatal e o dano sofrido pelo terceiro;

Gabarito: Errado.

(IESES/TJ-SC/2019)

17) O caso fortuito ou de força maior não permitem a exclusão da responsabilidade civil do Estado em nenhuma hipótese.

Comentário:

Excludentes da Responsabilidade Civil do Estado
É possível a não responsabilidade civil do Estado nos casos de: * Caso Fortuito ou Força Maior; * Culpa exclusiva da vítima; * Fato exclusivo de terceiro;
Caso Fortuito ou Força Maior
- São eventos humanos ou da natureza dos quais não se podem prever ou evitar.
- Excluem a responsabilidade objetiva do Estado, mas não a subjetiva que pode ocorrer por omissão do Poder Público , devendo o particular comprovar a omissão culposa da administração pública;
- Ocorrendo omissão culposa do Estado e Fato imprevisível ao mesmo tempo ocorrerá a atenuação da responsabilidade do Estado , e não sua exclusão;
Culpa exclusiva da vítima
- O Estado não possui responsabilidade alguma , porém deverá comprovar que o particular deu causa ao dano;
- Ocorrendo culpa dos dois a responsabilidade apenas atenuará para a administração pública;
Fato exclusivo de terceiro
- O Estado não é responsabilizado de forma objetiva , porém pode ser de forma subjetiva , devendo o particular comprovar a omissão;
Ex: No caso de Multidões;

Gabarito: Errado.

(NC-UFPR/Prefeitura de Curitiba - PR/2019)

18) A teoria do risco administrativo não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988.

Comentário:

O Brasil adota a **Responsabilidade Objetiva** que faz parte da **Teoria do Risco Administrativo**, sendo esta recepciona desde a CF/46.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/Prefeitura de São Roque - SP/2020)

19) O candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstos no edital possui expectativa de direito à nomeação.

Comentário:

STF/RE 598.099

O candidato aprovado em concurso público **dentro do número de vagas** previsto no edital possui **direito subjetivo** à nomeação.

STF/RE 837.311

O **surgimento de novas vagas** ou a **abertura de novo concurso** para o **mesmo cargo**, **durante o prazo de validade do certame anterior**, **não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital**, ressalvadas as hipóteses de **preterição arbitrária e imotivada** por parte da **administração**, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a **inequívoca necessidade de nomeação do aprovado** durante o período de validade do certame, a ser **demonstrada de forma cabal pelo candidato**. Assim, o **direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado** em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses:

I – Quando a **aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital**;

II – Quando houver **preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação**;

III – Quando **surgirem novas vagas**, ou for **aberto novo concurso durante a validade do certame anterior**, e **ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada** por parte da administração nos termos acima.

Gabarito: Correto.

(CESPE/MPE-CE/2020)

20) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Ministros e secretários estaduais e municipais são agentes políticos cujos vínculos funcionais não têm natureza permanente, mas que, com base no seu poder político, traçam e implementam políticas públicas constitucionais e políticas públicas de governo.

Comentário:

Os Ministros e secretários estaduais e municipais são agentes políticos e auxiliares do Chefe do Executivo.

CF/88. Art. 87. Os **Ministros de Estado** serão escolhidos dentre **brasileiros maiores de vinte e um anos** e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. **Compete** ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a **orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal** na área de sua **competência** e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Gabarito: Correto.

**GOSTARIA DE CONTINUAR RESOLVENDO QUESTÕES
SEPARADAS POR ASSUNTOS?**



OFERTA IMPERDÍVEL!

GABARITE SUA PROVA COM OS COMBOS DE QUESTÕES E LEIS ESQUEMATIZADAS!

- Constitucional: 2.849 questões;
- Administrativo: 3.000 questões;
- Bônus: 1.819 questões de Português.

- Lei esquematizada de Constitucional;
- Lei esquematizada de Administrativo;
- Bônus: E-book teórico de Português.

Além dos bônus acima, adicionamos **1 ano de atualização** nos materiais!



Clique nos botões abaixo e conheça cada combo!

COMBO DE QUESTÕES

COMBO DE LEIS ESQUEMATIZADAS

Se você for adquirir os dois combos nos botões acima vão sair por **R\$94**.

Cada material no botão abaixo está saindo **por menos de R\$15 reais**. Disponibilizaremos apenas **5 pacotes** com esses dois combos juntos. Tudo isso de R\$94, por **apenas R\$67!**

QUERO OS 2 COMBOS COM DESCONTO!